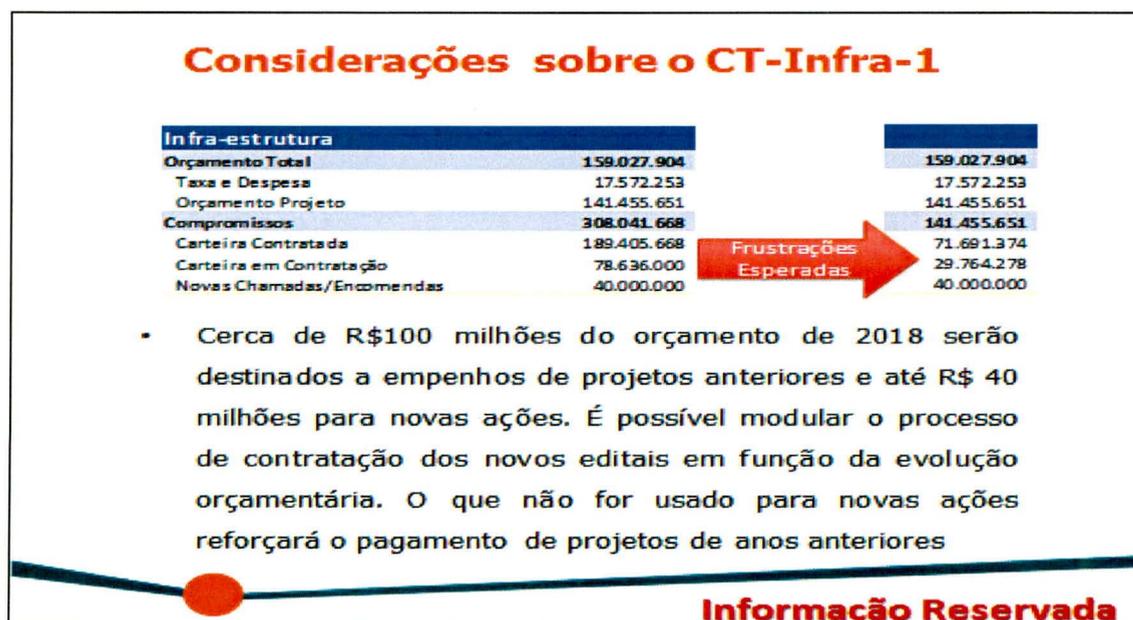


**ATA DA 42ª REUNIÃO ORDINÁRIA
DO COMITÊ GESTOR DO FUNDO SETORIAL DE INFRAESTRUTURA (CT-INFRA)**

Aos 14 dias do mês de março de 2018, às 10hs, na sala de situação do 5º andar do Bloco E, Esplanada dos Ministérios, Brasília – DF, reuniram-se os membros do Comitê Gestor do Fundo Setorial de Infraestrutura CT-Infra, presentes os Conselheiros ELTON SANTA FÉ ZACARIAS – MCTIC/Presidente do Comitê Gestor, MARCOS CINTRA CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE – Finep, JOSÉ RICARDO DE SANTANA – CNPq, PAULO MONTEIRO VIEIRA BRAGA BARONE – MEC, MAURO LUIZ RABELO – MEC. Participaram ainda, por meio de videoconferências, os Conselheiros GLAUCIUS OLIVA – Comunidade Científica/SBPC e MAURO MARTINS TEIXEIRA – Comunidade Científica/ABC. Participaram também da reunião servidores da Finep (WANDERLEY DE SOUZA, ANDREA TOTIS, CARLOS EDUARDO GUTIERREZ FREIRE), do CNPq, MARCIO RAMOS DE OLIVEIRA e do MCTIC, JOHNNY FERREIRA DOS SANTOS, YURI RAFAEL DELLA GIUSTINA, VIVIANA SIMON, MÁRCIA DE SOUZA GODOI ALVES, PRISCILLA MONTEIRO DE CARVALHO e ELENICE THOMAS CARVALHO. A reunião foi aberta pelo Secretário-Executivo do MCTIC e Presidente do Comitê Gestor, Elton Santa Fé, que deu boas vindas a todos os membros e, em decorrência de sua nova composição, descrita pela Portaria MCTIC nº 922, de 22.02.2018, concedeu a palavra para que cada um se apresentasse. Em seguida, submeteu à proposta de pauta aos presentes, salientando que em razão das diversas trocas de Ministros do então MCTI, da fusão dos Ministérios e do cenário econômico do País, com reflexos no cenário orçamentário, desde 2014 não havia reuniões do CT-Infra. Aprovada a pauta, foi dada sequência aos itens previstos. **1. Informes:** Yuri Rafael Della Giustina, Coordenador de Planejamento e Gestão dos Fundos do MCTIC, iniciou a apresentação acerca da relação de Informes constantes na pauta. **1.1. Formulário para preenchimento do Rol de responsáveis do CT-Infra:** Viviana Simon, Coordenadora-Geral de Governança de Fundos, orientou aos membros quanto o preenchimento do formulário para o rol de responsáveis do CT-Infra, em atendimento à recomendação do Tribunal de Contas da União – TCU, da 41ª reunião do CT-Infra. **1.2. Ata da 41ª reunião do CT-Infra:** o Presidente Elton informou aos membros que o documento estava sendo apresentado a título de conhecimento, considerando o fato de que a última reunião tinha ocorrido em 2014. **1.3. Pacote de documentos do Comitê Gestor (Manual Operativo; Regimento Interno, Documento de Diretrizes Estratégicas):** Yuri retomou a palavra e informou aos membros que todos os documentos relativos ao Comitê haviam sido disponibilizados previamente por meio eletrônico, para conhecimento e que devem sofrer atualização em razão da reestruturação ministerial instituída pelo Decreto 8.877, de 18/10/2016. Acrescentou ainda que os Relatórios Anuais de Execução Orçamentária e Financeira do CT-Infra, referentes aos anos de 2014 a 2017, serão enviados posteriormente, assim que alinhadas as informações com a Finep. **2. Balanço Geral das ações:** dada a palavra ao Sr. Marcos Cintra, Presidente da Financiadora de Estudos e Projetos - Finep, para que fizesse a apresentação do balanço das ações do CT-Infra constantes da carteira de projetos selecionados pelo Colegiado. Na oportunidade, informou que havia registro de apoio a projetos em Instituições de Ensino, Pesquisa e Desenvolvimento em todo o país desde 2001, e ressaltou que esse apoio é mais acentuado na região Sudeste. Mostrou ainda, um levantamento realizado nas 50 instituições que recebem o maior percentual de apoio e comentou que, apesar da disparidade acentuada de destinação de recursos, o CT-Infra procurou distribuí-los da forma mais equitativa possível. Observou que, ainda que esse estudo não esteja orientado pelo aspecto temporal, o número de publicações brasileiras é bastante expressivo, com presença significativa na comunidade mundial, embora esse quantitativo não se compare ao de potências mundiais como os Estados Unidos, por exemplo. Na sequência, demonstrou que, a distribuição das infraestruturas selecionadas, se dividem entre obras e equipamentos, de maneira que investimentos nessa seara fomentaram cerca de 118 instituições, o que resultou na execução de 221 obras e na aquisição

de 253 equipamentos, totalizando 474 infraestruturas selecionadas. Contudo, existem algumas infraestruturas que ainda não foram finalizadas, ou por estarem com obras em andamento ou por terem equipamentos não instalados, ou por existirem algumas instituições com pendência de documentação. Adicionalmente, citou alguns exemplos de infraestruturas apoiadas como: Centro de referência em farmacologia Pré-Clinica (Apoio à Fundação Centros de Referência em Tecnologias Inovadoras (CERTI) através do projeto 01.08.0572.00); Centro de pesquisa em processamento de produtos agrícolas (Apoio à Universidade Federal de Lavras (UFLA) através do projeto 01.12.0037.00); Prédio de laboratórios do centro de biotecnologia e diagnose (Apoio à Universidade Federal do Rio Grande (FURG) através do projeto 04.11.0234.00); Supercomputador Petaflópico (Apoio ao Laboratório Nacional de Computação Científica (LNCC) através do projeto 01.14.0192.00); Espectrômetro de 900 MHz (Apoio à Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) através do projeto 01.13.0361.00); Microscópio eletrônico de varredura (Apoio à Universidade Federal do Piauí (UFPI) por meio do projeto 01.12.0143.00). No tocante ao orçamento para 2018, o Presidente da Finep fez as seguintes ponderações: que o orçamento total previsto na LOA para o CT-Infra giraria em torno de 160 milhões para esse exercício financeiro; que ao se descontar a taxa administrativa e a despesa operacional restaria R\$ 141 milhões para pagamento dos projetos; que os compromissos assumidos (com carteiras anteriores, projetos em contratação e possibilidade de novas chamadas) comprometeriam praticamente em torno de R\$ 308 milhões; que frustrações com o passivo orçamentário da carteira contratada são esperados, já que compromissos anteriores ficaria em torno de R\$ 189 milhões e que a expectativa de pagamento seria na ordem de R\$ 72 milhões; que prospectavam a contratação de novas ações na ordem de R\$ 40 milhões para 2018. Após essas colocações, afirmou que, a despeito de cenário econômico do País e da perspectiva orçamentária fixada pela LOA, havia a pretensão de novas chamadas para 2018 por parte do CT-Infra, e que embora o passivo existente seja complexo, ponderou que seria possível modular a carteira de projetos para que sejam destinados R\$ 100 milhões aos compromissos anteriores e R\$ 40 milhões para as novas ações. Também salientou que muitos projetos atrasados foram rescindidos, de maneira que houve uma redução considerável do Edital Proinfra 2014 de R\$ 400 milhões para R\$ 200 milhões. Mencionou ainda não ter havido novas contratações nos últimos três anos e que a tendência para os próximos anos seria a de que essa redução na carteira se ampliasse, abrindo espaço para a contratação de novos projetos.

Figura 1: Considerações sobre o CT-Infra-1



O Sr. Marcos Cintra pontuou que a nova proposta apresentada era fruto de profundos diálogos com importantes atores do setor acadêmico que contribuiriam, por meio de sugestões, com base nas expectativas futuras. Relatou ainda que foi realizado um grande esforço para que essa proposta fosse apresentada. Deste modo, explicou que a expectativa orçamentária seria de R\$ 280 milhões para os próximos três anos, R\$ 40

milhões para 2018, R\$ 100 milhões para 2019 e R\$ 140 milhões para 2020. Deixou claro que a proposta ora apresentada era bem modesta comparando-se com o que o já fora executado pelo Comitê Gestor no passado recente. Considerou ainda que esse quantitativo seria apenas para ações quase que emergenciais, em razão do momento orçamentário atual, e que, por ora, não poderia ser nada ambicioso.

Figura 2: - Novas Ações Propostas

CT-Infra – Novas Ações Propostas

Proposta para Novos Editais/ Chamadas/ Encargos no CT-Infra
Recursos Não Reembolsáveis – FNDCT

Ação	Proposta	Cronograma 2018 – 2020			
		2018 (R\$)	2019 (R\$)	2020 (R\$)	TOTAL (R\$)
CT-INFRA (nº 2095)	Manutenção de Equipamentos + Biotérios + Coleções de Culturais Temático: Biotecnologia/ Nanotecnologia/ Engenharia/ Saúde/ Ciências Sociais	10.000.000	20.000.000	40.000.000	70.000.000
	Infraestrutura Laboratorial das Novas Universidades/ Novos Campi		10.000.000	10.000.000	20.000.000
	Conclusão de Obras Iniciadas (Encargos)	20.000.000	30.000.000	30.000.000	80.000.000
	TOTAL BLOCO	40.000.000	100.000.000	140.000.000	280.000.000

Informação Reservada

Após toda a exposição em torno do cenário econômico, o Presidente da Finep comentou que a nova proposta visava subsidiar a falta de recursos para manutenção de equipamentos e de laboratórios. Além disso, salientou que a proposta demonstrava aderência aos eixos de áreas prioritárias da nova Estratégica Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação - Encti (2016 a 2022) uma vez que servia de base para a escolha de áreas temáticas como: Biotecnologia; Nanotecnologia; Engenharia; Saúde; Ciências Sociais. Outro tópico abordado pela proposta se referia à infraestrutura laboratorial das novas universidades para os anos de 2019 e 2020, no sentido de apoiar projetos emergenciais que demandavam esforços uma vez que existiam obras iniciadas e não finalizadas. Por meio do cronograma apresentado, restou demonstrado que o Comitê Gestor de Infraestrutura permanece ativo apesar da falta de novas contratações nos últimos 3 anos, motivado pelo contingenciamento orçamentário. O Sr. Wanderley aproveitou o ensejo para explicar diversos pontos em relação à proposta. Quanto à manutenção de equipamentos e infraestrutura observou que existem equipamentos de grande porte parados por falta de recursos para mantê-los operando na maioria das universidades, e que apenas os grandes Campi, por possuírem uma situação econômica um pouco mais equilibrada, não perderam tanto em performance. Quanto às áreas temáticas, o Sr. Wanderley comentou que o MEC tem atuado para a área de ensino, mas ressaltou que se trata de condições mais adequadas para a pesquisa. Deixou claro que todo o eixo temático apresentado estava em conformidade com a Encti (2016 a 2020) objetivando uma padronização de temas estratégicos. No tocante aos novos laboratórios, ressaltou que, no momento, não havia espaço para novos equipamentos, apesar da realização de diversos fóruns, com muita conversa, acerca desse tema. O Sr. Wanderley informou que as universidades mais produtivas são aquelas que mais recebem recursos. O Sr. Paulo Monteiro, MEC, ressaltou a importância de se retomar o orçamento outrora recebido pelas universidades federais e argumentou que a ausência de recursos refletia sobre novas formas de financiamento. Salientou que um recurso, ainda que modesto, já promoveria reflexos positivos para essas instituições. O Sr. José Ricardo, CNPq, questionou sobre a possibilidade da CAPES apoiar na manutenção de biotérios e perguntou se havia critérios para a padronização. O Sr. Wanderley respondeu que havia possibilidade de multiusuários desde que fosse obedecida a recomendação legal da destinação de trinta por cento (30%), no mínimo, dos recursos para instituições de ensino superior e de pesquisa sediadas

nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste (art. 3º do Decreto nº 3.807, de 26/04/2001). O Sr. Glaucius Oliva ponderou que havia de se considerar uma a carteira de projetos futuros pois, em razão de 3 anos sem novas contratações e da frustração de projetos que não concluídos, o Comitê necessitava de um planejamento, de uma programação a ser perseguida, a despeito da situação orçamentária atual. E por causa desse argumento, considerou que existe espaço para novas contratações visando à aquisição de novos equipamentos em novos campi. Comentou ainda que a infraestrutura existente e os equipamentos instalados na época que iniciou a crise orçamentária estavam em condições operacionais razoáveis e questionou como seria a priorização de projetos com um orçamento de R\$ 40 milhões. O Sr. Wanderley respondeu que já se encontravam mapeadas as obras inacabadas para a conclusão de modo emergencial, e que teriam prioridade as obras pequenas e com custos mais baixos. Comentou que a Finep possui uma lista exaustiva de obras importantes e inacabadas, e que um inventário foi construído para que essa demanda fosse atendida a contento. Afirmou ainda que uma sinergia entre as partes se torna essencial para o cumprimento dessas metas, num momento de recursos escassos. O Sr. Mauro ressaltou que, segundo o quadro apresentado, haveria um recurso total na ordem de R\$ 110 milhões para as áreas temáticas até 2020, mas que para 2018 estaria previsto apenas R\$ 10 milhões. Sob essa perspectiva, afirmou que a Comunidade Científica não teria muitos recursos e sinalizou que seria uma boa notícia, até um alívio, se houvesse a possibilidade um apoio orçamentário maior. Na sequência, o Presidente colocou em votação o Plano de Investimento da Finep para o CT-Infra, que foi aprovado por unanimidade. Após a aprovação, o Presidente passou a palavra para o Sr. Yuri para que apresentasse o próximo ponto da pauta. **3. Relatório de Auditoria CGU:** o Coordenador_Yuri informou que houve auditoria da CGU no FNDCT, que durou de 2 de maio a 18 de novembro de 2017, no âmbito deste Ministério, na qual, em princípio seria auditado o exercício de 2016, mas, considerando a temática, a equipe de auditoria entendeu que seria necessário fazer um aprofundamento dos aspectos estratégicos e, deste modo, decidiram estender o período auditado desde 2010. Como resultado, foi produzido um Relatório cuja entrega ao MCTIC ocorreu em 19/12/2017, contendo 14 recomendações, sendo duas para o Comitê de Coordenação Executiva – CCE; nove para o CD-FNDCT; uma para a Finep, uma para todos os Comitês Gestores dos Fundos Setoriais, o que inclui o CT-Infra e uma para a Secretaria de Tesouro Nacional - STN. A Sra. Viviana explicou que houve uma mudança de entendimento interno da CGU no tocante à auditoria sobre o FNDCT, pois nos anos anteriores essa auditoria ocorria apenas no âmbito da Finep, sob a coordenação da CGU do Rio de Janeiro. Explicou ainda que, além de ocorrer pela primeira vez no MCTIC, o foco era principalmente na macrogestão e na questão de governança do FNDCT, o que motivou tantas recomendações aos Conselhos e aos Comitês. Esclareceu ainda que, dado o alongamento, o MCTIC não pode pronunciar-se quanto às recomendações finais pois a CGU tinha prazo para remeter o relatório ao TUC. **3.1. Recomendação aos Comitês Gestores:** *“Que os Comitês Gestores dos Fundos Setoriais estabeleçam critérios de priorização de seus programas e projetos, incluindo, mas não se limitando, aos resultados e aos impactos observados nos temas do Modelo de Avaliação Global do FNDCT, que permitam a esses Colegiados informarem anualmente ao Conselho Diretor do FNDCT as oportunidades, sob o ponto de vista técnico-econômico, para redução e ampliação do investimento em CT&I, em conformidade com a competência prevista no art. 26, inciso I, da Instrução Normativa CD-FNDCT nº 02/2010.”* No tocante à recomendação para os Comitês, o Sr. Yuri atentou aos Conselheiros para dois aspectos: o primeiro que o relatório se reportava ao Modelo de Avaliação Global do FNDCT – MAG como um documento base, no qual se determinavam diretrizes e metas para obtenção de resultados; e o segundo aspecto estabelecia critérios de priorização de programas e projetos dos Fundos. Informou aos membros do CT-Infra que o MAG já tinha sido objeto de estudo no passado feito pelo Centro de Gestão e Estudos Estratégicos – CGEE, e que a metodologia desenvolvida foi tema de reunião do CD/FNDCT. Comunicou que desde o final do ano passado um grupo de trabalho está sendo constituído para a concretização deste modelo. Ressaltou que a despeito da recomendação acerca do MAG, já existia um documento aprovado na ata da 39ª reunião do CT-Infra intitulado “Diretrizes Estratégicas para o Fundo de Infraestrutura – CT-Infra”, construído pelo CGEE, que embora simples se comparado ao contexto do MAG, explorava a priorização de áreas estratégicas. Essas Diretrizes demonstram compatibilidade com que está proposto na Encti, não excluindo a possibilidade de novas discussões sobre temas relevantes lá não contemplados. A Sra. Viviana argumentou que essa recomendação deveria ser debatida entre os membros para que possíveis sugestões

fossem levadas a conhecimento da CGU. Mencionou ainda que o Ministro Gilberto Kassab, por meio do **Pronunciamento Ministerial em 26/12/2017**, apresentou a seguinte argumentação: “... Manifesto, por oportuno, minha discordância em relação às conclusões emitidas pelo Órgão de Controle Interno e coloco-me à inteira disposição, como também as equipes técnicas do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, para dirimir dúvidas e prestar eventuais esclarecimentos. ...”. O Sr. Wanderley comentou que, em relação aos impactos causados a instituições com apoio do FNDCT, a Finep possuía registros de cada centro apoiado, no qual era descrita a produção científica, qual atividade era desempenhada e quais peças eram produzidas no meio acadêmico. Deste modo, pediu para que fosse passada na tela uma reportagem, realizada na UFPI, sobre o Microscópio Eletrônico de Varredura, como forma de demonstrar resultados de recursos empregados pelo CT-Infra, em resposta à sociedade. O Sr. Marcos Cintra mencionou que a Finep faz esse acompanhamento dos projetos, só que de maneira mais temática, como maneira de se medir o impacto para a sociedade. Salientou que para a CGU essa análise de impactos e de resultados se daria de maneira mais formal indo muito além de uma mera descrição de estrutura apoiada pelo Comitê. Comunicou que desde 2014 a Finep tem sido requisitada pela CGU para aperfeiçoar os mecanismos de impactos e resultados. Informou que esforços têm sido empenhados para a inserção um plano de avaliação global com o auxílio da Unicamp, sob orientação do Prof. Sérgio Sales. Sinalizou que essa tarefa não era simples pois, além de insumos para a concretização da demanda, emprega-se muito tempo para a implementação. Por fim, informou aos membros que essa demanda já vinha sendo atendida na medida da capacidade operacional e financeira da Finep. O Sr. José Ricardo comentou que implementar esse MAG seria um grande desafio uma vez que demanda um prazo mais longo, elástico. Dessa maneira sugeriu que sua implementação deveria ocorrer em etapas. Ressaltou ainda que o plano de Investimento aprovado com base no momento orçamentário atual deveria também ser sensível e considerar a realidade da área acadêmica em concordância com as prioridades estabelecidas pela Encti. Outro ponto ressaltado foi quanto ao plano de resultados. Explanou que para implementação desse plano estaria previsto um período de 3 ou 4 anos. Porém sugeriu que houvesse uma apuração anual no tocante aos resultados, de modo intermediário, para que seus impactos fossem observados. O Sr. Marcos Cintra concordou ao afirmar que para se chegar aos resultados de modo gradativo era importante a etapa de monitoramento, a fim de que se apurassem os resultados e finalmente se verificassem os impactos. Sugeriu que o MCTIC pudesse desenvolver uma metodologia de acompanhamento que seria aplicada em todas as suas entidades vinculadas, de modo que houvesse uma padronização, promovendo ganhos em escala e centralização de informações. Justificou que reconhece a complexidade em razão da demanda diversificada de cada núcleo. O Presidente disse que conversaria com o corpo técnico para averiguar essa possibilidade. O Sr. Glaucius Oliva afirmou que entendia a importância de se trabalhar com maior proximidade com os órgãos de controle de maneira que eles ficassem mais compreensivos com as demandas acerca de temas referentes a ciência e tecnologia cujos resultados seriam de longo prazo e de modo bastante disperso e diversificado. Ressaltou que apesar das publicações serem um aspecto importante no resultado das pesquisas, elas seriam apenas um aspecto dentro de um universo de trabalhos impactantes produzidos pela área científica. O Sr. Mauro destacou que o conceito de avaliação recomendada pela CGU é bastante interessante dada a falta de tradição brasileira em registrar, no ponto de vista documental, os resultados e impactos gerados pelos diversos estudos produzidos pelas instituições. Considerou a relevância desses impactos para o CT-Infra, por exemplo, pois seria possível se verificar os impactos sob o número de graduações e pós-graduações que fizeram uso de infraestrutura e equipamentos no decorrer dos anos. Após as discussões sobre o assunto, o Presidente Elton, agradeceu as contribuições e mencionou que a equipe técnica está em discussão com a CGU e que o assunto retornará à pauta do CT-Infra na próxima reunião. Nada mais havendo a tratar, o Presidente agradeceu a colaboração e participação de todos e declarou a reunião encerrada.



ELTON SANTA FÉ ZACARIAS

Presidente do CT-Infra